



## COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS E DESCENTRALIZAÇÃO

### Parecer

*Relativo à Proposta 791/2020 - "Aprovação do Orçamento 2021 e Grandes Opções do Plano 2021-2025"*

#### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Proposta 791/2020, subscrita pelo Vice-Presidente, João Paulo Saraiva, e aprovada por maioria<sup>1</sup> na reunião da Câmara Municipal de 27 de Novembro de 2020, submete à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa (AML) o Orçamento 2021 e Grandes Opções do Plano 2021-2025.

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho do Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, José Maximiano Leitão, para a 1.ª Comissão Permanente – Comissão de Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização, a fim de ser apreciada e, conseqüentemente, emitido parecer, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML.

A Comissão reuniu a 2 de Dezembro para audição do Vice-Presidente, João Paulo Saraiva, sobre as Grandes Opções do Plano 2021-2025, Orçamento Municipal, Taxas e Política Fiscal para 2021.

Atendendo à matéria da Proposta, nomeadamente às Grandes Opções do Plano 2021-2025 e ao Orçamento para 2021, foi também determinada a audição de todos os vereadores com pelouros nas respectivas Comissões.

#### 2. CONSIDERANDOS

##### 2.1. Enquadramento

Conforme o disposto no n.º 46 do ponto 11 da Norma de Contabilidade Pública (NPC) 26 do Sistema de Normalização Contabilística Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelos Decretos Lei n.º 85/2016 e n.º 33/2018, de 21 de dezembro e de 15 de maio respetivamente, as entidades do subsector local preparam as demonstrações orçamentais previsionais constituídas pelo Orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual (ano do

<sup>1</sup> A Proposta foi aprovada por pontos:

Pontos 1 e 2: 9 a favor (6PS; 2IND, 1BE) e 7 contra (4CDS; 1PSD; 2PCP);

Pontos 3 a 7: 11 a favor (6PS; 2IND; 2PCP; 1BE), 4 Contra (CDS) e 1 abstenção (PSD);

Pontos 8 e 9: 11 a favor (6PS; 2IND; 2PCP; 1BE) e 5 Contra (4CDS e 1PSD);

Pontos 10 e 11: 9 a favor (6PS; 2IND, 1BE) e 7 contra (4CDS; 1PSD; 2PCP).

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

ENT 2449 AML 2020

DATA 14/12/2020

Guéide Lima

exercício orçamental e mais 4 anos) e pelo Plano Plurianual de investimentos (PPI), que passa a ter uma base móvel a 5 anos e «outros».

Mantém-se em vigor o n.º 1 do ponto 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 14 de setembro, revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e ripristinado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que determina que os documentos previsionais a adotar por todas as autarquias locais são o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, nas quais se inclui o PPI e as atividades mais relevantes da gestão autárquica.

Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento. Também, de acordo com o previsto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o Mapa de Pessoal.

O n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (TFP), aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, determina que o Mapa de Pessoal é aprovado conjuntamente com o Orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução.

Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar a atribuição de despesas de representação aos titulares dos cargos de direção superior de 1.º grau e de direção intermédia de 1.º e 2.º graus das Câmaras Municipais, no montante fixado para o pessoal dirigente da Administração Central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes, igualmente, aplicáveis as correspondentes atualizações anuais, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação mais recente, introduzida pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

O artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, determinam que a assunção de compromissos plurianuais e sua reprogramação está sujeita a **autorização prévia da Assembleia Municipal**, dispondo que esta pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, excetuando-se os casos em que esteja implicado o aumento de despesa, e que pode ser delegada no Presidente da Câmara quando o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho. A alínea a) do n.º 1 do art.º 22º do Decreto-Lei 197/99 determina, como exceção à aprovação prévia de encargos plurianuais, a sua previsão num

plano ou programa plurianual legalmente aprovado; o Plano Plurianual de Investimentos, aprovado pelo Assembleia Municipal, apresenta, no decurso da sua execução, necessidade de ajustamentos às respetivas dotações plurianuais.

Conforme o disposto no Regulamento do Orçamento para 2021, não há atualização nominal dos valores dada Tabela de Taxas Municipal (TTM) ou da Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais (TPORM) a vigorar em 2021, face aos aplicados no corrente ano e, atento o atual quadro económico, entende-se de manter, por relação com a TTM, a redução temporária de 15% pra os feirantes fixos do ramo não alimentar, aprovada pela Deliberação nº 005/AML/2016.

Ainda, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal fixar os preços de bens e serviços prestados pelo Município, os quais constam da "Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais (TPORM) para 2021", acrescentando-lhes, sempre que aplicável, o IVA à taxa legal em vigor a cada momento, e respetivo Anexo I - Descontos a aplicar aos valores da TPORM, que constituem documentos anexos à presente Proposta e da qual fazem parte integrante.

## **2. 2 Pontos deliberativos**

**Da proposta, compete às Assembleia Municipal aprovar os seguintes pontos deliberativos:**

*1. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove o Orçamento de 2021 e as Grandes Opções do Plano 2021-2025;*

*2. Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal que este órgão delibere aprovar as Demonstrações Financeiras e o quadro orçamental plurianual, integrados nas Demonstrações Previsionais;*

*3. Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este Órgão, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, aprove o Mapa de Pessoal para 2021;*

*6. Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal a atribuição de despesas de representação aos titulares dos cargos de direção superior de 1.º grau e de direção intermédia de 1.º e 2.º graus previstos na Estrutura Orgânica do Município de Lisboa e Regulamento de Funcionamento e Organização da Polícia Municipal de Lisboa, em montantes iguais aos fixados para o pessoal*

dirigente da Administração Central através do despacho conjunto a que se refere o número 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, sendo-lhes, igualmente, aplicáveis as correspondentes atualizações anuais, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da mesma Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e que correspondem atualmente aos seguintes valores:

- 1.1.1. Cargos de direção superior de 1.º grau: 780,36 euros;
- 1.1.2. Cargos de direção intermédia de 1.º grau: 312,14 euros;
- 1.1.3. Cargos de direção intermédia de 2.º grau: 195,37 euros;

7. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a autorização para a inscrição de rubricas de receita cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento, e para a inscrição de rubrica de despesa, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda criar um novo projeto no Plano Anual ou de Investimentos, podendo, contudo, estar associada à criação e/ou especificação de ações em Projetos aprovados;

8. Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal que este órgão, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, emita autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:

- 1.2. Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- 1.3. Resultem das Grandes Opções do Plano e da sua reprogramação exceto quando esta implique aumento de despesa;
- 1.4. Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

9. Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal que este órgão delibere autorizar previamente a reprogramação das repartições de encargos, e dos correlacionados compromissos plurianuais, patenteadas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) inicialmente aprovado, desde que resultem de alterações compensadas ao PPI, i.e., respeitando o respetivo total anual, e que a respetiva reprogramação não implique, na soma dos anos do PPI, aumento de despesa do projeto em causa;

10. Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a aprovação da Tabela de Taxas Municipal para 2021, em Anexo à

presente Proposta da qual faz parte integrante, com manutenção da redução temporária de 15% para os feirantes fixos do ramo não alimentar, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2021;

### **3. Análise da Proposta**

#### **3.1 Análise das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2021-2025**

O novo Programa de Governo da cidade para 2021-2025 estrutura-se em 5 eixos fundamentais: melhorar a qualidade de vida e o ambiente, combater exclusões e defender direitos, dar força à economia e afirmar Lisboa como cidade global, que pratica governação aberta, eficiente, participada e descentralizada.

No eixo **(A) Melhorar a Qualidade de Vida e o Ambiente** pretende-se garantir habitação para todos, continuar a aposta numa cidade planeada e reabilitada, continuar a promover a mobilidade acessível, uma cidade sustentável, resiliente e amiga do ambiente, criando mais e melhor espaço público, prosseguindo o objetivo de uma cidade segura.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 234,680 milhões de euros em 2021, e um total de 1 016, 197 milhões de euros no até 2025 (5 anos), representando 75,6% do investimento total no quinquénio.

No eixo **(B) Combater Exclusões, Defender Direitos**, pretende-se afirmar direitos e reforçar a cidadania, promover mais escolaridade, mais qualificações e melhores escolas, promover o desporto e a atividade física, promovendo melhor saúde e qualidade de vida.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 46,699 milhões de euros em 2021 e um total de 190,792 milhões de euros no quinquénio, representando 14,2% do investimento total nos 5 anos.

No eixo **(C) Dar força à Economia** os objetivos são promover mais serviços qualificados e mais empregos, fomentar mais empreendedorismo e talento, continuar a construir uma cidade inteligente e apostar no comércio de proximidade.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 10,305 milhões de euros em 2021 e um total de 12,586 milhões de euros no quinquénio, representando 0,9% do investimento total nos 5 anos.

No eixo **(D) Afirmar Lisboa como Cidade Global**, pretende-se afirmar Lisboa como cidade de cultura e abertura, cidade criativa e capital atlântica.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 8,070 milhões de euros em 2021 e um total de 17,082 milhões de euros no quinquénio, representando 1,3% do investimento total nos 5 anos.

No eixo (E) **Governança Aberta, Participada e Descentralizada**, Lisboa aposta na valorização do trabalho e nos trabalhadores, alicerçada na qualidade e empenhamento com vista à eficácia, eficiência e profissionalismo, e apostando numa governação e prestação de contas transparentes, fomentando a participação dos cidadãos através de iniciativas como o orçamento participativo, prosseguindo a Reforma Administrativa e a Descentralização.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 90,980 milhões de euros em 2021 e um total de 100,907 milhões de euros no quinquénio, representando 7,9% do investimento total dos 5 anos.

Globalmente, o plano plurianual de Investimentos para 2021-2025 prevê um investimento total de 1.337,566 milhões de euros, estando previsto para o ano de 2021 um investimento total de 390,736 milhões de euros.

Quadro 1 – Plano Plurianual de Investimentos 2021-2025<sup>2</sup>

OBJETIVOS/PROGRAMAS

DESCRIÇÃO	Euros					TOTAL	
	2021	2022	2023	2024	2025	VALOR	%
	<b>EIXO A - MELHORAR QUAL. VIDA E AMBIENTE</b>	<b>234 679 884</b>	<b>258 370 289</b>	<b>213 990 270</b>	<b>184 386 986</b>	<b>144 770 045</b>	<b>1 016 197 484</b>
A1 HABITAÇÃO PARA TODOS	59 142 470	78 933 400	65 829 458	74 239 977	78 920 618	355 065 921	26,4
A2 CIDADE PLANEADA E REABILITADA	42 282 022	59 142 441	46 869 369	32 403 389	51 884 429	232 581 650	17,3
A3 MOBILIDADE ACESSIVEL AO ALCANCE DE TODOS	21 610 287	12 913 794	1 150 000	650 000	650 000	36 974 081	2,8
A4 CID.SUSTENTÁVEL,RESILIENTE,AMIGA AMBIEN	65 184 002	69 753 514	84 422 139	31 629 940	7 440 000	258 429 595	19,2
A5 MAIS E MELHOR ESPAÇO PÚBLICO	40 935 903	29 345 150	9 809 304	19 903 680	7 465 000	107 459 037	8,0
A6 CIDADE SEGURA	5 525 200	8 282 000	5 910 000	5 560 000	410 000	25 687 200	1,9
<b>EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES,DEF DIREITOS</b>	<b>46 699 273</b>	<b>72 508 850</b>	<b>59 822 941</b>	<b>11 236 000</b>	<b>525 000</b>	<b>190 792 064</b>	<b>14,2</b>
B1 AFIRMAR DIREITOS, REFORÇAR A CIDADANIA	6 421 626	1 598 011	825 000	525 000	25 000	9 394 637	0,7
B2 +ESCOLARIDADE, +QUALIFIC ,MELHOR ESCOL	24 653 924	46 919 574	43 195 690	9 713 000	375 000	124 857 188	9,3
B3 PROMOÇÃO DO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA	957 500	5 885 000	5 385 000	985 000	125 000	13 337 500	1,0
B4 MELHOR SAÚDE E MELHOR QUALIDADE DE VIDA	14 666 223	18 106 265	10 417 251	13 000		43 202 739	3,2
<b>EIXO C - DAR FORÇA À ECONOMIA</b>	<b>10 365 824</b>	<b>1 330 815</b>	<b>807 688</b>	<b>71 000</b>	<b>71 000</b>	<b>12 586 327</b>	<b>0,9</b>
C2 + EMPREENDEDORES,+ ATITUDE EMPREENDEDOR/	8 554 000	862 606	100 000			9 516 606	0,7
C3 FOMENTAR O TALENTO	11 000	11 000	11 000	11 000	11 000	55 000	0,0
C5 APOSTAR NO COMERCIO DE PROXIMIDADE	1 740 824	457 209	696 688	60 000	60 000	3 014 721	0,2
<b>EIXO D - AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOB</b>	<b>8 070 511</b>	<b>4 206 360</b>	<b>2 172 000</b>	<b>2 532 000</b>	<b>102 000</b>	<b>17 082 871</b>	<b>1,3</b>
D2 CIDADE DE CULTURA E ABERTURA	8 055 511	4 186 360	2 152 000	2 512 000	82 000	16 987 871	1,3
D3 CIDADE CRIATIVA	15 000	20 000	20 000	20 000	20 000	95 000	0,0
<b>EIXO E - GOVERNAÇÃO ABERTA,PARTIC E DESC</b>	<b>90 880 673</b>	<b>11 091 485</b>	<b>8 347 500</b>	<b>7 729 050</b>	<b>5 395 050</b>	<b>100 907 346</b>	<b>7,9</b>
E2 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	58 610 000	485 000	471 500	453 050	428 050	60 447 600	4,5
E3 EFICÁCIA, EFICIENCIA E PROFISSIONALISMO	5 904 466	5 174 000	4 624 000	4 624 000	2 465 000	22 791 466	1,7
E4 REFORMA ADMINISTRATIVA E DESCENTRALIZAÇÃO	23 438 412						
E5 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	3 029 795	6 232 485	3 252 000	2 652 000	2 502 000	17 668 280	1,7
<b>TOTAL</b>	<b>390 736 165</b>	<b>348 307 808</b>	<b>285 140 399</b>	<b>185 955 036</b>	<b>150 883 095</b>	<b>1 337 566 093</b>	<b>100</b>

### 3.2 Análise do Orçamento da cidade para 2021

O ano de 2020 evoluiu de forma muito diferente daquela que se previa no anterior orçamento, tendo a pandemia da COVID-19 provocado alterações profundas na dinâmica da cidade. O município de Lisboa tem estado empenhado em dar respostas céleres à crise pandémica, providenciando soluções de emergência através da implementação de medidas que resultantes pacotes de apoio à economia, às famílias e à manutenção e criação de emprego.

Esta situação excecional tem impactos significativos no Orçamento do Município de Lisboa, não só pelas medidas já tomadas, mas principalmente porque a situação de crise socioeconómica levará a um decréscimo significativo das receitas e à manutenção de despesas elevadas direcionadas para o apoio social.

<sup>2</sup> Página 81 das Grandes Opções do Plano para a Cidade de Lisboa |

Mas apesar de vivermos num período de levada incerteza, o município tenciona manter o empenho no equilíbrio e na sustentabilidade das finanças municipais, pois considera o caminho para responder de forma eficaz e eficiente às necessidades dos cidadãos de Lisboa.

Assim, o Município mantém em 2021 uma forte aposta no investimento público, assente nas opções estruturantes de ação que se encontravam já identificados no “Programa de Governo da Cidade de Lisboa 2017-2021”.

A proposta de orçamento para a cidade de Lisboa para 2021 foi elaborada de acordo com as grandes opções estratégicas para 2021-2025, materializada numa visão para a cidade assenta na concretização dos 5 eixos estruturantes de ação, em torno dos quais se desenvolvem o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano Anual de Atividades.

Para a realização dos 5 Eixos estruturantes, com um expressivo volume de investimento, destacam-se, pelo seu impacto na cidade e na vida das pessoas que visitam, vivem ou trabalham em Lisboa, as seguintes áreas de investimento:

- **HABITAÇÃO**, com um impacto no orçamento de 63 milhões de euros, prossegue o maior investimento global feito desde o PER (200 milhões de euros até 2024);
- **MOBILIDADE**, mantém-se a aposta clara no transporte público, destacando-se o investimento na **CARROS**, com 56 milhões de euros para renovação da frota e aumento da oferta de serviço;
- **PLANO GERAL DE DRENAGEM**, um investimento de 35 milhões de euros em 2021 para dotar a cidade de condições para enfrentar as consequências das alterações climáticas;
- **HIGIENE URBANA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS**, continuação da prossecução da melhoria e extensão da rede, bem como de sistema que irá valorizar recursos, com 50 milhões de investimento para 2021;
- **UNIDADES DE SAÚDE, ESCOLAS, CRECHES, QUARTÉIS**, tratam-se de investimentos fundamentais que visam promover a qualidade de vida das pessoas e uma maior proximidade de serviços;
- **COESÃO SOCIAL**, continua a ser uma prioridade para tornar a cidade mais equilibrada e justa, com investimento em várias áreas, como o Plano para a Integração da Pessoa em Situação de Sem Abrigo com uma dotação de 3,5 milhões de euros;
- **EMPREENDEDORISMO**, visando promover a eficiência no investimento e a dinâmica empresarial, bem como na melhoria das infraestruturas, como o HUB do Beato e Empreende +, com uma dotação de 6,5 milhões de euros.



## Fatores Exógenos ao Município de Lisboa neste exercício

Como fatores exógenos com influência na atividade municipal em 2021, destacam-se os seguintes:

- A pandemia causada pelo COVID 19 com manifesto impacto na saúde e proteção da vida e da segurança das pessoas, no contexto da economia mundial, nacional e local, na sociedade, na organização do trabalho e da vida de todos os dias, é um fator condicionante da atividade municipal, obrigando a considerar os constrangimentos e as necessidades emergentes desta situação, complexa e exigente, no planeamento orçamental para 2021, constituindo um fator de risco associado ao exercício 2021;
- A legislação de exceção que vier a ser publicada relacionada com a gestão da pandemia, e o maior ou menor grau de facilitação da gestão de situação, nomeadamente em matéria de endividamento municipal;
- A dimensão e feitos da aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência na cidade;
- O exercício pleno das competências assumidas no domínio da educação por relação com a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto – Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, que concretiza os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, cujos efeitos foram iniciados em 2019;
- A não disponibilização aos Municípios de informação relativa a projeções dos principais agregados macroeconómicos com influência no Orçamento do Estado e linhas gerais da política orçamental do Governo, nomeadamente quanto às medidas com impacto na receita fiscal, que permitam acomodar essa informação nas estimativas implicadas na elaboração do orçamento municipal;
- A estrutura da receita fiscal da Câmara Municipal de Lisboa manter-se-á desajustada face aos custos que a Cidade suporta e derivados, em parte, dos movimentos pendulares diários que atrai, continuando a considerar-se que a sua base fiscal incide unicamente sobre população residente;
- A conclusão ou não a favor do Município de processos judiciais em carteira com menor ou maior impacto nos recursos orçamentais de 2021 e anos seguintes e/ou na capacidade de endividamento municipal;
- A capacidade de resiliência das empresas e a manutenção de um regular mercado de compras de bens, serviços e empreitadas que permita o desenvolvimento das atividades municipais planeadas e a boa execução dos investimentos.

Globalmente, o município tem apresentado contas equilibradas nos últimos 10 anos, tendo surgido este ano uma crise mundial que apresenta novos desafios. Face a este contexto de grande exigência, pretende-se manter um rumo de crescimento prudente e sustentável assente em investimentos que visem uma cidade cada vez mais atrativa para viver, trabalhar e visitar e atrair empresas que queiram investir e dinamizar a sua economia.

## Orientações Estratégicas da Política Orçamental

### A. Responder à emergência

A ação principal do município na redução dos impactos sociais e económicos negativos resultantes da situação pandémica levará em 2021 a uma continuação do aumento das despesas em saúde pública, apoio social e apoio à economia:

- Saúde Pública, destacando-se as seguintes intervenções:
  - Hospital de campanha no Estádio Universitário (500 mil euros em 2020);
  - 2 Centros de rastreio no Lumiar e no Parque das Nações;
  - Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's), material clínico e de higienização e outros equipamentos (6 milhões euros em 2020);
  - Desinfecção regular de espaços de atendimento municipal e dos transportes públicos (1 milhão euros).
- Apoio social, destacam-se as seguintes intervenções:
  - Reforço do Fundo de Emergência Social (Famílias e IPSS) (6,8 milhões euros);
  - Agilização de transferências para instituições do 3º setor cujo trabalho se centra nas pessoas sem-abrigo, com deficiência, 3ª idade, apoio às famílias e à infância e saúde;
  - Suspensão de pagamento e posterior reajuste de rendas de fogos municipais (impacto sobre 24.000 famílias com apoio de 2 milhões euros);
  - Isenção do pagamento de rendas de instituições de âmbito social, cultural, desportivo ou recreativo instaladas em espaços municipais (250 mil euros);
  - Reforço do apoio alimentar para pessoas e famílias carenciadas (5.000 refeições/dia, apoio de 9,5 milhões euros);
- Apoio à economia, destacam-se as seguintes medidas:
  - Apoio extraordinário aos setores do comércio e da restauração (incluindo apoio à instalação e melhoria de esplanadas) (20 milhões euros);
  - Suspensão de cobrança das taxas relativas à ocupação de espaço público (esplanadas) e publicidade de todos os estabelecimentos comerciais + apoio à instalação e melhoria de esplanadas (3 milhões euros);
  - Isenção de rendas em estabelecimentos comerciais localizados em espaços municipais (1 milhão euros);
  - Aquisição regular de produtos frescos aos produtores que comercializavam nas feiras (250 mil euros);
  - Reforço da equipa de apoio às micro, pequenas e médias empresas: Lisboa Empreende + (100 mil euros);

- o Apoio ao ecossistema empreendedor (500 mil euros);
- o Reforçar a programação e o apoio aos agentes culturais (7 milhões euros);
- o Alargamento do sistema de apoio aos agentes e atividades do setor cultural (FES Cultura 2 milhões euros);
- o Pagamento a atempado aos fornecedores do Município (manutenção do prazo médio de pagamento inferior ou igual a 5 dias).

## **B. Manter o foco no investimento**

Torna-se fundamental manter o investimento na cidade de forma a contribuir para a contenção do desemprego e para preparar a cidade para a saída desta crise, tomando-a mais resiliente, sustentável e atrativa.

Para a realização do Plano de Investimentos para 2021 e anos seguintes, da Câmara de Lisboa e Empresas Municipais, estima-se um volume de investimento na ordem dos 600 milhões de euros.

Assim, a orientação estratégica de investimento será perspetivada nas dotações orçamentais globais das áreas prioritárias definidas pelo Executivo: habitação, mobilidade e sustentabilidade ambiental, social e económica.

Na **Habitação**, a resposta do Município de Lisboa abrange mais de 70.000 pessoas nos programas municipais em vigor, designadamente os regimes Renda Apoiada e Renda Acessível e o Subsídio Municipal ao Arrendamento. Também, tendo em conta as necessidades assinaladas junto da população, o Município tem vindo a diversificar os seus instrumentos através de um investimento que neste orçamento equivale a 63,7 milhões de euros. Este investimento irá prosseguir o empenho na reabilitação e construção, continuando a recuperação de património disperso e o lançamento de empreitadas para nova habitação. O arrendamento pelo Município de habitações disponíveis no mercado através do Programa Renda Segura e disponibilizando-as posteriormente à população, com valores de arrendamento acessível será outro mecanismo utilizado em 2021.

No âmbito do Programa de Renda Acessível (PRA), de investimento totalmente municipal, estão a sere desenvolvidas diversas intervenções, entre as quais a já iniciada em Entrecampos e as reabilitações dos edifícios da Segurança Social comprados pelo Município. No que toca ao PRA Concessões, em 2021 estarão em execução dois contratos e serão lançadas 6 operações. Todas as habitações deste conjunto de linhas de atuação permitirão fortalecer o parque habitacional público da Cidade, dando resposta não apenas às necessidades atuais da população, mas também introduzindo capacidade de resiliência às flutuações do mercado, contribuindo ativamente para contrariar momentos mais especulativos. O Programa Renda Segura, que representa um investimento de 4 milhões de euros, já permitiu o lançamento de dois concursos de Renda Acessível em 2020.

O Programa de Intervenção no Edificado Disperso Municipal (PIED) prossegue em 2021 a reabilitação de edifícios e frações municipais em património disperso, com um investimento de 2,3 milhões de euros, requalificando e

melhorando as condições de habitabilidade dos edifícios ou frações, mas também com o objetivo de lançar bolsas de rendas acessíveis nos próximos anos.

O Município continuará a construir habitação de nova geração nos bairros Padre Cruz e Boavista, substituindo as alvenarias ali construídas nos anos 40 e 50, bem como no Bairro da Cruz Vermelha. O projeto que está a ser desenvolvido tem características evolutivas - uma casa que cresce com a família -, de sustentabilidade ambiental e aproveitamento energético.

Relativamente ao programa «Aqui há mais bairro» 1 e 2, num valor total de 52,5 milhões de euros em contratos programa com a GEBALIS, prosseguirão em 2021, com um total de investimento de 9,8 milhões de euros, as intervenções em diferentes pontos que vão abranger cerca de 26 mil residentes. Este programa está a realizar a reabilitação integrada do património municipal e a recuperação de frações, para melhorar condições de habitabilidade, acessibilidades, isolamentos, e permitir uma melhor integração com a malha urbana envolvente.

O Programa BIP/ZIP Lisboa - Parcerias Locais, que celebra 10 anos, tem agora o desafio de promover respostas às comunidades no contexto da pandemia COVID-19. Entre as principais linhas de atuação estão o reforço da empregabilidade e do tecido económico local, o apoio ao processo educativo e formativo, a intervenção junto de grupos vulneráveis através das redes e respostas nos territórios, a sinalização das necessidades mais imediatas das populações e a divulgação de boas práticas COVID-19. O montante total de apoio municipal para os 37 novos projetos aprovados é de 1,6 milhões de euros (0,5 milhões € em 2020 e 1,1 milhões € no ano de 2021), a que acrescem 500 mil euros, angariados pelas próprias parcerias, num total de 2,1 milhões de euros ao serviço das comunidades dos territórios de intervenção prioritária.

Na área da **Mobilidade**, muito afetada pela pandemia, foi necessário repensar para este orçamento a organização do trabalho e a forma como nos deslocamos no transporte público e nas várias formas de mobilidade ativa. Na CARRIS prosseguirá a dinâmica iniciada em 2017, com um investimento de 52,5 milhões de euros em 2021, assente na continuidade do reforço de serviço (veículos e km) e na recuperação da procura e a manutenção da rede como garante da acessibilidade na cidade. Com o contrato de cooperação entre os Municípios de Lisboa, Oeiras e Loures, com a Carris e Metropolitano, serão concretizados os estudos com vista à implementação de um sistema de metro ligeiro na zona ocidental, com ligação a Miraflores/Linda-a-Velha e, na zona oriental, com ligação a Sacavém. O Município irá continuar a contribuir para o orçamento da Área Metropolitana de Lisboa, prevendo-se um acréscimo de 40% na rede metropolitana no final de 2021, o ano de arranque da empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa.

Mantém-se a aposta na mobilidade ativa, com a realização da rede clicável de Lisboa a ter como meta chegar aos 200 km de extensão em 2021. Prevê-se ainda a adjudicação da expansão do sistema de bicicletas partilhadas GIRA, atualmente com 84 estações ativas e que realiza por mês mais de 100 mil viagens. O sistema GIRA deverá duplicar em 2021, expandindo-se para novas áreas da cidade. Também, o total de estacionamentos para bicicletas pretende atingir os 6.700 lugares em 20121. O Município continuará a apoiar o Programa de Apoio à Aquisição de Bicicleta, que financia até 50% do valor da compra de bicicletas convencionais, adaptadas, elétricas e de carga. Em 2021, o valor de investimento total para a rede de mobilidade ativa é de 12,2 milhões de euros.

Também, o Plano Municipal de Segurança Rodoviária, com vista a reduzir para zero o número de mortes rodoviárias em 2030, será concluído em 2021, após a fase de participação pública. Serão aplicadas medidas com impacto na segurança rodoviária, como a modernização do sistema de radares de velocidade, o alargamento de câmaras de controlo de tráfego para monitorização contínua da rede rodoviária, a alteração da infraestrutura viária e a implementação de medidas de acalmia de tráfego em locais identificados como particularmente perigosos. No próximo ano, através do contrato de mandato entre a CML e a EMEL, será implementado o Sistema Inteligente da Mobilidade de Lisboa (SIM.Lx) que permitirá gerir o tráfego da cidade de forma integrada e dinâmica, centralizando todos os cruzamentos semaforizados da cidade. Este possibilita a elaboração, em tempo real, de planos semaforicos para ações programadas (fecho de vias, obras rodoviárias, eventos especiais), e para acontecimentos aleatórios (incidentes pontuais, circulação de veículos de emergência, entre outros), permitindo antecipar os cenários suscetíveis de criar congestionamento. O valor de investimento para 2021 é de 2 milhões de euros.

Na **mobilidade escolar**, o município irá prosseguir os programas que promovam as deslocações a pé e de bicicleta, e a criação de zonas *Kiss&Ride*, para evitar a paragem de veículos em 2ª fila. O programa “Lisboa Sem Rodinhas”, será alargado a todas as escolas do 1º ciclo, com a aquisição de mais de 500 bicicletas. De realçar que, apesar da pandemia, foram entregues **11.753 cartões Navegante Escola em 2020/21**, mantendo-se a política de promoção da acessibilidade em transporte público, destacando o investimento os 1,7 milhões de euros para transporte escolar.

Na **área da sustentabilidade ambiental**, destaca-se o investimento no Plano Geral de Drenagem, cuja empreitada de construção dos túneis de drenagem de Lisboa tem início previsto para o primeiro trimestre de 2021, envolvendo um investimento da ordem de 35 milhões de euros, a concluir em 2024. Ainda em 2021 vai proceder-se à execução do projeto e da obra na rede de saneamento junto ao Parque Oeste (Alta de Lisboa), entre outras intervenções na rede da cidade, no âmbito da substituição, reabilitação e construção de coletores. Em termos de bacias de retenção /infiltração estão previstas obras de construção no Jardim do Campo Grande/Norte; Quinta da Granja; Vale Fundão; Vale de Chelas; bem como a reabilitação de pavimentos para melhoria de permeabilização e sistemas de drenagem pluvial no Parque Eduardo VII.

Prossegue-se o reforço da estrutura verde da Cidade, em que entre parques, jardins, tapadas e quintas, se prevê um aumento de 350 hectares até ao final do próximo ano comparativamente com a área verde existente em 2018, representando um investimento na ordem dos 23,5 milhões de euros.

Quanto à Rede de Água Reciclada, depois do Parque das Nações, onde a infraestrutura já está construída, a rede chegará em 2021 à zona compreendida entre o Campo das Cebolas e o Largo de Santos, e também à zona norte do Bairro Alto. Será a primeira de uma série de obras necessárias para a construção de um sistema de condutas na cidade, que vai permitir criar uma rede de água reciclada e segura para reutilização na rega e lavagem proveniente das Fábricas de Água. A existência desta rede de água reutilizada permitirá ao Município diminuir, até 2025, o seu consumo de água potável para 1 milhão de m<sup>3</sup> (equivale a uma poupança de 75% face ao consumo atual).

Na Higiene Urbana pretende-se em 2021 implementar a gestão eletrónica da recolha de resíduos, através da instalação de equipamento em 100 viaturas municipais de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) e instalação de dispositivos RFID em contentores. O plano de renovação e modernização da frota prossegue com a aquisição de 15 novas viaturas para otimização de circuitos (resíduos orgânicos e eco-ilhas subterrâneas). A reciclagem e valorização dos resíduos como recurso é um esforço global a que se junta, em 2021, um novo projeto de recolha seletiva de resíduos verdes de jardins em zonas habitacionais (Alvalade, Beato, Belém, Benfica, Marvila e Olivais). Para o ano de 2021, o valor de investimento situa-se nos 19,4 milhões de euros.

Prossegue em 2021 o Programa Uma Praça em cada Bairro, destacando-se as intervenções de requalificação do Largo de São Sebastião e do Largo do Rio Seco, com ênfase para as alterações a nível da acessibilidade e conforto para peões, promovendo a coesão urbana e social destes espaços no contexto envolvente. O valor de investimento, para o ano de 2021, situa-se nos 12,9 milhões de euros.

Na parte da sustentabilidade social, de realçar as Unidades de Saúde Familiar, pois em 2021 prevê-se a construção de 12 Unidades de Saúde Familiar e de um Centro Intergeracional, com valências de cuidados continuados e creche. As estruturas vão garantir as condições de acessibilidade a todas as pessoas que recorrem aos serviços, com consultas de Nutrição, Psicologia, Saúde Oral e Terapia da Fala, Cuidados de Saúde de âmbito domiciliário e comunitário a mais de 250.000 utentes. O investimento em 2021 será de 14,7 milhões de euros.

Os programas "Escola Nova" e Creches "B-a-bá" continuarão a promover em 2021 a construção e requalificação de equipamentos disseminados pela Cidade, com um investimento orçamental para mais 10 escolas e 7 creches. Mantém-se assim o esforço do Município na renovação dos seus equipamentos escolares, dotando-os das

melhores condições para a resposta educativa e também social que asseguram. O investimento no próximo ano ascenderá aos 32 milhões de euros.

No âmbito do Plano Municipal para as Pessoas em Situação de Sem Abrigo (2019-2023) estão previstas, entre outras iniciativas, o aumento das habitações incluídas no programa Housing First, sendo o investimento previsto para o ano de 2021 de 2,5 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 260 vagas.

Em 2021 Lisboa será “Capital Europeia do Desporto”, recebendo um vasto conjunto de iniciativas de dimensão internacional. No quadro de reforço da promoção da atividade física, continuam a desenvolver-se projetos dirigidos a todos os munícipes como o Programa de Apoio à Educação Física Curricular e o Projeto Olisipiadas, alargado à população sénior (Olisipiadas Séniores). Em matéria de infraestruturas e equipamentos, o ano 2021 ficará também marcado pelo lançamento de alguns projetos e requalificação de instalações desportivas geridas pelo Município. O investimento para o ano de 2021 será de 5,7 milhões de euros.

Na área da Proteção Civil, no seguimento da melhoria das instalações dos Sapadores Bombeiros, está prevista em 2021 a reabilitação do Quartel da Defensores de Chaves e de Benfica, promovendo a sua ampliação; iniciando-se, por outro lado, a construção do Quartel do Comando e Escola do Regimento de Sapadores Bombeiros em Marvila. De entre os investimentos para a renovação e ampliação da frota de socorro, destacam-se a aquisição de três Veículos Ligeiros de Combate a Incêndios (VLCI) para os Bairros Históricos. Para garantir melhores condições de trabalho para os operacionais no terreno serão adquiridos 900 Equipamentos de Proteção Individual (EPI). O valor de investimento para o ano de 2021 situa-se nos 6,5 milhões de euros.

Na área da **sustentabilidade económica**, com os desafios colocados pela crise pandémica, torna-se essencial alargar o foco no apoio ao tecido económico, sem perder a visão estratégica e metropolitana, suportada em 4 motores: a atração de empresas e talentos; a promoção do empreendedorismo e o seu crescimento orgânico; o fomento de clusters estratégicos; a promoção do conhecimento, afirmando a cidade como um laboratório de inovação. Esta estratégia desenvolve-se em torno de projetos chave como a *Made of Lisboa*, o *Smart Open Lisboa* ou o *Study in Lisbon* e outros de âmbito metropolitano e local como o Lisboa Empreende +, a Dinamização dos Mercados Municipais e o Observatório do Tecido Empresarial, entre outros. Os primeiros espaços do HUB Criativo do Beato abrirão em 2021, depois de um profundo processo de infraestruturização dos edifícios e da envolvente da antiga Ala Sul da Manutenção Militar. Esta estrutura vem dinamizar clusters estratégicos e estimular a ligação entre a inovação, criatividade e empreendedorismo. O respetivo valor de investimento para o ano de 2021 situa-se nos 3,6 milhões de euros.

Em 2021, prosseguirá o investimento na requalificação dos mercados da Cidade, tornando-os mais modernos, mais atrativos e com novas valências e funcionalidades (económica, recreativa e cultural), em complemento à sua tradicional vocação. Salienta-se a necessária requalificação da zona tradicional do Mercado da Ribeira, proporcionando melhores condições, formas mais atuais de exposição de produtos dos comerciantes, procurando gerar a atratividade de novos clientes. A requalificação das feiras do Relógio e das Galinheiras são outra das prioridades para 2021, de forma a garantir a acessibilidade e qualidade dos recintos. Para 2021, o investimento nesta área será de 1,8 milhões de euros.

### C. CONTAS SUSTENTÁVEIS E RIGOROSAS

Desde 2007 que as contas do Município de Lisboa têm vindo a ser consolidadas de forma sustentada, demonstrando-se uma redução acentuada ao longo dos anos da dívida legal e do passivo, sem não abdicar de um aumento do nível médio de investimento. O princípio da prudência na previsão das receitas, até agora a beneficiar de uma economia em crescimento, tem sido também aplicado à gestão dos custos correntes, com a melhoria da eficiência a vários níveis, designadamente em termos do cumprimento dos planos de amortização de empréstimos e dos acordos de pagamentos em carteira, com controlo rigoroso da dívida a fornecedores. Isto tem permitido a libertação de recursos e a constituição de reservas de contingência que possibilitam neste momento manter uma aposta no investimento e o nível de resposta à Cidade sem alterar a política fiscal atrativa tanto para as famílias como para as empresas.

O Município de Lisboa apresenta para o ano 2021 um Orçamento de 900 milhões de euros assente na sustentabilidade financeira.

#### C. 2 Receitas

As **receitas correntes** deverão atingir no próximo ano **715,4 milhões** de euros e as receitas de capital deverão situar-se nos 184,6 milhões de euros. Globalmente, o valor do Orçamento 2021 para a Cidade de Lisboa (900 milhões de euros) representa uma diminuição de 48,1 milhões (5,1%) relativamente a 2020.

**Quadro 2. Síntese Orçamento 2021 (em milhões de euros)**

<b>RECEITAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>	<b>DESPESAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Receitas Correntes	715,4	79,5%	Despesas Correntes	549,4	61,0%
Receitas de Capital	184,6	20,5%	Despesas de Capital	350,6	39,0%
<b>Total das Receitas</b>	<b>900,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total das Despesas</b>	<b>900,0</b>	<b>100,0%</b>



Relativamente a 2020, as receitas correntes apresentam uma redução de 66,4 milhões de euros (-8,5%) e as receitas de capital um aumento de 18,3 milhões de euros (11%).

**Quadro 3. Evolução da receita municipal (em milhões de euros)**

	2020		2021		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Receitas Correntes	781,8	67,9%	715,4	79,5%	-66,4	-8,5%
Receitas de Capital	166,8	32,1%	184,6	20,5%	18,3	11,0%
<b>Total das Receitas</b>	<b>948,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>900,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>-48,1</b>	<b>-5,1%</b>

Esta previsão das receitas para 2021 decorre fundamentalmente dos seguintes fatores:

**Taxas, Multas e Outras Penalidades** – Redução de 35 milhões de euros (- 37,6%), devido sobretudo ao forte abrandamento da economia decorrente da atual crise pandémica. Perspetiva-se que para 2021 o mercado turístico e todas as atividades económicas que dele interdependem (hotelaria, animação/entretenimento, restauração e comércio – em parte) mantenham volumes de negócio abaixo daqueles que tinham em período de pré-crise pandémica, o que explica a diminuição acentuada da receita da Taxa Municipal Turística (-19,4 milhões €). Também as receitas provenientes de “Loteamentos e obras” e “Ocupação de Via Pública” apresentam um decréscimo na ordem dos 10,1 milhões de euros, devendo-se a descida na 2ª rúbrica, quase na totalidade, à isenção das taxas de ocupação do espaço público.

**Venda de Bens de e Serviços Correntes** – Decréscimo em 31,4 milhões de euros (- 21,8%), devido principalmente à diminuição das receitas de Serviços Específicos das Autarquias onde se destacam o “Saneamento” (- 4,5 milhões €); “Cemitérios (-2,9 milhões €); Parques de estacionamento (-7,9 milhões €) e ainda de “Terrenos Urbanos” com um decréscimo de 13,7 milhões de euros.

### C. 3 Despesa

Relativamente à despesa, verifica-se um decréscimo das despesas correntes na ordem dos 60 milhões de euros (- 9,8%) e um aumento das despesas de capital em 11,9 milhões de euros (+ 3,5%) comparativamente ao Orçamento de 2020. Das despesas totais, prevê-se que 549,4 milhões de euros sejam despesas correntes (61,0%) e 350,6 milhões despesas de capital (39%).

**Quadro 4. Evolução das despesas municipais (em milhões de euros)**

	2020		2021		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Despesas Correntes	609,4	64,3%	549,4	61,0%	-60,0	-9,8%
Despesas de Capital	338,7	35,7%	350,6	39,0%	11,9	3,5%
<b>Total das Despesas</b>	<b>948,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>900,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>-48,1</b>	<b>-5,1%</b>

A previsão do comportamento das despesas globais decorre, fundamentalmente, do efeito conjugado da evolução prevista para as seguintes rubricas:

**Aquisição de Bens e Serviços** – Diminuição de 12,6 milhões de euros, sobretudo pela conjugação de um aumento na “Aquisição de Bens”, principalmente nas rubricas de “Material de Consumo Clínico” (+5 milhões €) e “Alimentação – Refeições Confeccionadas” (+3 M€), e uma diminuição na “Aquisição de Serviços” em 17,3 M€, onde se destacam: “Encargos de Instalações” (-3,0 M€); “Estudos ,Pareceres e Consultoria” (-3,4 M€); “Seminários, Exposições e Similares” (-2,4 M€); “Comunicações” (-1 M€);

**Juros e Outros Encargos** – Redução de 67,8 milhões de euros, essencialmente pela diminuição da reserva de contingência inscrita em 2020, com a finalidade de responder a processos judiciais em curso e/ou amortização extraordinária de dívida. Parte desta reserva destina-se a responder aos efeitos causados pela crise pandémica;

**Transferências Correntes** – Com um aumento previsto de 40 milhões de euros, englobam, entre outras, as transferências para apoio às famílias, empresas e instituições, para fazer face ao impacto económico e social decorrente da pandemia. De salientar as transferências de 22,5 milhões de euros, para apoio às empresas e empresários dos setores do comércio e restauração (no âmbito do Fundo de Emergência Empresarial), para apoio às famílias mais vulneráveis e às instituições sem fins lucrativos (no âmbito do programa de generalização das refeições), e para apoios a projetos e agentes culturais;

**Subsídios** – Acréscimo de 26,5 milhões de euros, sobretudo em resultado do aumento das verbas transferidas para as Empresas Municipais no contexto da crise pandémica, com um acréscimo de subsídios à exploração à EGEAC em cerca de 11,5 milhões de euros e um aumento de 19,4 milhões de euros para a CARRIS;

**Despesas de capital** – Apresenta uma quebra de 122 milhões de euros face ao ano de 2020. Contribuiu para este decréscimo a rubrica de investimento/terrenos, devido à não concretização de decisões judiciais sobre processos em contencioso. Retirado o efeito, do investimento/terrenos, as restantes rubricas deste

agrupamento apresentam variações positivas face a 2021, destacando-se o peso dos sistemas de drenagem de águas residuais, de 34 milhões de euros, seguidos da habitação com aumento de 7 milhões de euros.

### 3.3 Audições

Atendendo à matéria da Proposta, nomeadamente às Grandes Opções do Plano 2021-2025 e ao Orçamento para 2021, foi determinada a audição de todos os vereadores com pelouros em todas as Comissões.

O Vice-presidente João Paulo Saraiva apresentou o Orçamento para 2021 no dia 2 de Dezembro na 1ª Comissão.

Após a apresentação, que se anexa, o Vereador procedeu às seguintes explicações, após várias questões terem sido colocadas pelos deputados municipais:

- Relativamente às novas regras para o IMI, referiu que a isenção de 20% para todos os arrendamentos passou a ser de 100% apenas para as rendas acessíveis através de um processo de participação pública; o Regulamento Municipal de Benefícios Fiscais foi feito de forma minimalista, pois o município queria estar alinhado fiscalmente com a política de habitação do município. Relativamente à Política Fiscal, será criada uma Comissão de Trabalho para aprofundar vários temas.

- Quanto ao Programa Renda Segura, estão em fase de assinatura cerca de 177 contratos para atribuir os respetivos fogos através de sorteio.

- Relativamente à questão do Alojamento Local e do IRS / Mais Valias, a lei tem vindo a sofrer alterações no Orçamento do Estado, face à situação atual.

- Relativamente à Lisboa Capital Europeia do Desporto, estão previstos neste orçamento novos pavilhões e a recuperação de algumas piscinas.

- Quanto à Habitação houve alguns imprevistos, nomeadamente o Tribunal de Contas não ter atribuído o visto inicialmente ao Programa Renda Acessível e atrasos na recuperação dos edifícios da Segurança Social devido à pandemia.

- Relativamente à fiscalização noturna da EMEL, a dinâmica noturna reduziu-se, mas de qualquer forma estão previstos mais 5 mil lugares de estacionamento.

- Quanto à Taxa Turística, esta não onera os empresários do turismo, mas sim os turistas; o Turismo baixou de forma drástica, mas o impacto vai ser mais grave em 2021; quanto aos estudantes que utilizem o Alojamento Local e hotéis, até agora não foram apresentadas faturas apesar da divulgação, logo considera-se que não tem grande expressão.

- Relativamente ao teletrabalho, a cidade mudou, realizaram-se as Jornadas de Urbanismo em formato digital onde se apontaram novos caminhos e novas realidades; foram feitos inquéritos a todos os trabalhadores, criaram condições para o teletrabalho, e em breve será apresentado um plano.

#### **4. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR**

As forças políticas representadas na 1.ª Comissão Permanente – Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos e Descentralização e, bem assim, o Deputado Municipal Relator reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal onde será debatida e votada a Proposta.

#### **5. CONCLUSÕES**

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro compete à Câmara Municipal submeter à Assembleia Municipal a aprovação das Opções do Plano para o quadriénio 2021-2025, do Orçamento para 2021 e do Mapa de Pessoal para 2021, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei.

Face a tudo quanto fica exposto, conclui-se que a Proposta sobre a qual incidiu o presente parecer está em condições de ser debatidas e votada sem plenário da AML.

#### **6. ANEXOS**

Anexa-se ao parecer a apresentação PPT do Vice-Presidente realizada na reunião da 1ª Comissão Permanente a 2 de Dezembro de 2020.

O presente parecer foi aprovado por maioria com a abstenção do CDS.

Lisboa, 14 de Dezembro de 2020

A PRESIDENTE DA 1.ª COMISSÃO,

O DEPUTADO RELATOR,

IRENE LOPES

HUGO LOBO